



ENTREVISTA

Maria de Fátima Maia Ribeiro¹
Universidade Federal da Bahia

APRESENTAÇÃO

O convite para a professora Maria de Fátima Maia Ribeiro integrar a seção Diálogos com docentes, da Revista Inventário, nessa edição, foi mais que oportuno. Exatamente no ano em que a Universidade Federal da Bahia completou 70 anos de existência, a professora Maria de Fátima completa 40 anos de atividade docente. Maria de Fátima Maia Ribeiro concluiu a graduação em Letras Vernáculas (Licenciatura) pela Universidade Federal da Bahia em 1976, cursou Bacharelado em Letras Vernáculas entre 1976 e 1977, e, no ano seguinte, ingressou no Mestrado em Letras e Linguística, pela mesma instituição. O curso de Mestrado foi concluído em 1982, com a dissertação intitulada "O trânsito do Édipo na literatura", sob a orientação da professora Judith

¹ Professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia. E-mail: fatimari@ufba.br.

Grossmann. Em 1984, ingressou como docente (Professor Auxiliar) no Instituto de Letras. Iniciou o Doutorado em 1995 pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da UFBA, concluído em 1999, com a tese intitulada "IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: relações culturais, identidade, alteridade", sob a orientação da professora Eneida Leal Cunha. Atualmente é professora Associado IV da Universidade Federal da Bahia, trabalhando no Instituto de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro), do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). Também coordena o grupo de pesquisa Discursos de migrações, êxodos e retornos, trânsitos e trocas culturais em/entre países de língua oficial portuguesa, em contextos de globalização e pós-colonialidade - Fase III: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Cabo Verde, Portugal e Brasil, no Instituto de Letras.

O currículo da professora está disponível no seguinte endereço: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4794903E0>

REVISTA INVENTÁRIO (RI): Como surgiu o interesse pelas Letras e pela Docência?

Professora Maria de Fátima Maia Ribeiro (PMFR): Bem, se for pensar no passado mais remoto, teria que falar das leituras na biblioteca de meu pai, na biblioteca de minha avó, de minha tia e, então, isso já seria o interesse pela literatura e, bem marcado, pela literatura brasileira ou francesa traduzida, mas, sobretudo, literatura em língua portuguesa, mas pensando Portugal/Brasil e as traduções geralmente em livros, sobre livros franceses. Agora, a docência já foi uma definição no ensino médio, já no final do ensino médio, início de uma definição em relação ao curso de Letras, mas isso só se tornou muito claro pra mim no último ano do ensino médio, quando a decisão se colocou como imperativa. O vestibular na época constituía, para a Língua Portuguesa, o estudo de dez livros de literatura portuguesa e brasileira, então, isso tudo já foi um direcionamento para o curso de Letras, literatura em especial.

RI: Em seu trajeto profissional a pesquisa sobre a literatura e cultura portuguesa se deu antes dos estudos sobre literaturas africanas, como ocorreu

essa convergência?

PMFR: Bem, a literatura e a cultura portuguesas sempre me interessaram até por uma questão familiar, em termos de avô português e avó índia, Tupinambá, então isso sempre me instigou a conhecer essa literatura e essa cultura, mas acredito que eu teria que falar em um professor especificamente. A iniciação pelo interesse com os estudos de literatura portuguesa se devem, em grande parte, ao professor Jaime Barros no ensino médio e a professora Gerusa Pires Ferreira, já no Instituto de Letras, no curso de Letras, e o desenvolvimento que poderia ser visto como confluência, como você fala, seria uma convergência até natural para mim, se não fosse em uma calçada lacuna, em um hiato, que seria a consciência, já nos anos de 1990, exatamente, quando percebi, diante de um acervo documental sobre os estudos luso-brasileiros, que a ausência de África era algo extremamente marcante e que contrastava com uma realidade social, histórico-social baiana, justamente, na época crítica para o colonialismo português. Eu estou me referindo ao Colóquio luso-brasileiro de 1959, que foi realizado aqui em Salvador, promovido pela Universidade da Bahia e pela UNESCO, que foi considerado, até hoje é considerado, uma das grandes realizações do reitor Edgar Santos, e, ao mesmo tempo, não podemos esquecer que se trata de um colóquio incrustado em uma série de sete eventos, todos com essa missão de divulgar e reiterar a excelência do colonialismo português para a comunidade internacional. Foi justamente esse acervo que fez com que eu me voltasse para o estudo de literaturas e de culturas dos países africanos de língua oficial portuguesa, pelo fato de ter me dado conta da ausência que este estudo fazia em relação a Salvador, a Bahia e à própria Universidade Federal da Bahia. Então, foi em 1999 que, ao defender minha tese de doutorado, a decisão por literaturas africanas de língua portuguesa se colocou como algo de um projeto profissional a ser desenvolvido e até hoje eu tento fazer essa confluência ou essa articulação entre literatura e cultura portuguesas e literaturas e culturas africanas dos países de língua oficial portuguesa.

RI: Inclusive essa trajetória é comum a muitos pesquisadores e pesquisadoras da área de Africanas, como a senhora compreende esses trânsitos?

PMFR: É, de fato, muitos colegas de área e "de cruz" atravessaram um percurso semelhante: literatura portuguesa, depois, passando, ou combinando,

conjugando com literaturas africanas de língua portuguesa que, no meu caso eu gostaria de frisar, que se trata das literaturas dos países africanos de língua oficial portuguesa, com um foco na produção literária e cultural produzida em língua portuguesa e em crioulo, língua crioula, que estamos trabalhando. Então, essa para mim não foi um trânsito, foi uma concomitância ou então um em trânsito até hoje, mas no início também, quando eu assumi as literaturas africanas de língua portuguesa como disciplinas na graduação, eu pensava, naquele momento, em abrir uma área que até então estaria, de certa maneira, presa à pesquisa, mas não à docência. A docência, é preciso lembrar, que no Instituto de Letras, a docência de literaturas africanas de língua portuguesa só ocorre com este nome, com esta rubrica no final dos anos 1980, quando três professores, o Ildásio Tavares, a Maria Conceição Paranhos e a Doralice Xavier Alcoforado contribuíram para essa inserção. De fato, há uma conexão muito grande no início, quando eu tomei a decisão de me adentrar aí nesse universo múltiplo e diversificado que seriam as literaturas e culturas dos cinco países de língua oficial portuguesa. Eu, naquele momento, eu estava com uma formação arraigada, enraizada na literatura portuguesa e foram os trabalhos do Antônio Lobo Antunes que me levaram, de certa maneira, a fazer uma espécie de transição ou uma hifenização, literatura portuguesa e literatura angolana, sobretudo. Se isso ocorre no início, minhas primeiras pesquisas foram a volta do Pepetela e do Lobo Antunes, trabalhando com essa presença de Portugal na África, e, a partir daí, o deslocamento de Angola para Moçambique, Moçambique para São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e agora Cabo Verde. Então, algo que, aos poucos, foi ganhando uma multiplicidade, mas meu primeiro foco foi nesse diálogo entre Angola e Portugal, como Portugal e Angola, agora a minha vida profissional foi toda bancada nesse diapasão de literatura portuguesa e literaturas africanas de língua portuguesa. Curiosamente, a pesquisa acabou ultrapassando a docência e, com isso, talvez, tenha um corpo de pesquisa muito maior em africanas do que propriamente em portuguesa.

RI: Com uma carreira sólida e reconhecida nacional e internacionalmente, como foi conciliar a vida afetiva e acadêmica?

PMFMR: Não foi. Até hoje não há conciliação. Há interculturalidade, há atritos, há dificuldades. Muitas vezes, a acadêmica prevalecendo sobre a afetiva, a

peçoal. Se bem que a acadêmica também é afetiva e peçoal. Então são afetos de várias ordens, mas não podemos falar sempre sobre conciliação, por mais que o discurso da harmonia possível nos atraia, não se torna real.

RI: A regulação do ensino de literaturas africanas pela lei 10.639/03 trouxe reverberações no âmbito acadêmico? Ainda há setores que resistem a esta determinação? Quais sugestões daria para o implemento mais eficaz dessa norma?

PMFMR: Em primeiro lugar, vamos falar aqui de que área: área de estudos da literatura e cultura portuguesa, área de literaturas e culturas de países africanos de língua portuguesa. Ao mesmo tempo, pensarmos na importância tanto das editoras, da produção editorial, da indústria cultural, como sendo um dos elementos fundamentais nos estudos africanos no Brasil, como também nos estudos portugueses. Além disso, na Academia, a questão dos congressos e seminários que até hoje se fazem. Recentemente, há cerca de cinco anos, a proposta de criação de uma associação de professores de literaturas africanas no Brasil, a AFROLIC, que ainda não está consolidada. Se formos pensar em estudos portugueses, teríamos que pensar nos eventos acadêmicos de 1961 com o primeiro encontro de crítica e de professores de literatura portuguesa no Brasil, que foi, inclusive em Salvador, presidido e organizado por Prof. Dr. Hélio Simões e os estudos africanos, já em São Paulo e Rio de Janeiro, dividindo a atenção com os primeiros professores dedicados à docência e a pesquisa em literaturas africanas: Vilma Areias, Jorge da Silveira, seriam os dois pioneiros, da UFRJ, depois seguidos de perto pela USP, com Aparecida Santilli e Benjamim Abdala e o Fernando Mourão. Em sequência, uma série de intelectuais em São Paulo associados a USP e aos estudos africanos. Ressalte-se que o Fernando Mourão e o Carlos Serrano mantiveram e até hoje mantém relações muito diretas com Angola e com os países africanos. Então me parece que é importante salientar também que no Brasil, do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Porto Alegre, a Bahia acaba entrando no circuito das universidades que assumem os estudos africanos num momento mais tardio. Justamente talvez pela força dos preconceitos e das discriminações de uma sociedade eminentemente eurocêntrica, o que se reflete também nos currículos ou nos currícula das suas universidades, das universidades brasileiras, mais em especial, da UFBA, que até pouco tempo era a única universidade federal do

estado da Bahia. As literaturas africanas entraram solenemente em 1987, mas de forma ainda precária. E finalmente no currículo implementado em 2005, com os componentes curriculares que estão aí até hoje à espera, no entanto, de um desses componentes ser transformado em componente obrigatório. Ressalte-se que na UFBA as literaturas africanas constituem o único ementário com componentes que não possuem uma disciplina obrigatória. A revelia inclusive das leis 10.639, de 2003 e 11.645, de 2008. Coisas que inexplicavelmente, mas lamentavelmente explicáveis, acontecem na Bahia e em Salvador com toda uma população negra e podemos dizer, africana, com certeza. Eu chamaria a atenção de que não ocorreu efetivamente a regulação do ensino de literaturas africanas pelas leis, nem 10.639 nem 11.645. Mas, sim, houve de forma muito ambígua, como tudo que diz respeito a questões que envolvam negros e africanos e camadas populares no Brasil (e aparentemente em Salvador com mais evidência ainda), uma sugestão que não tem sido acatada, apesar da obrigatoriedade da lei. O que ocorre é que se fala da obrigatoriedade daqueles conteúdos de história e cultura negra e africana, mas não se fala em, propriamente, regulação do ensino de literaturas africanas. Com isso, também, muita coisa acaba sendo contornada e colocada sob o tapete. Mas eu gostaria de frisar que se trata de um procedimento constante e contínuo de pressões e tensões no sentido de uma reverberação efetiva. Não apenas no âmbito acadêmico, mas no âmbito educacional cotidiano na nossa rede de ensino fundamental e médio, não é isso? Eu não sei exatamente, hoje me escapa muito o básico e o fundamental, acho tudo muito básico e tudo fundamental, mas quero me referir a toda essa parte de ensino antes da Academia propriamente dita, antes da universidade. Então é preciso estarmos atentos e estarmos sempre colocando mecanismos de implementação desses objetivos.

RI: Seu novo projeto de pesquisa seu recorte focaliza a difusão literária Bahia-Brasil-África via companhias editoriais, o que a instigou a entrar nesta seara? Quais pontos pretende abordar e como pretende que isto reverbere na área?

PMFMR: Bem, eu gostaria de frisar um pouco: seria mais uma difusão literária de países africanos, Brasil e Bahia, ou seja, a presença e a circulação: presença sob a forma de produção editorial; e circulação da cultura ou das culturas africanas desses cinco países de língua oficial portuguesa, no Brasil passando

pela Bahia. E o que realmente me fez adentrar foram as iniciativas editoriais que ocorreram já em 2005 com a editora Maianga Produções Culturais, que publicou uma coleção intitulada “Biblioteca de Literatura Angolana” sem qualquer ressalva em relação a línguas, e ao mesmo tempo, sendo recebida com uma polêmica muito grande acerca da escolha dos escritores, assim como, percebida como de cunho mercadológico e político, aliada a questão cultural e literária. Então foi nesse momento que o meu olhar se voltou para as iniciativas editoriais que seriam responsáveis pela circulação das culturas africanas no Brasil e em especial na Bahia. Atualmente eu estou centrando também nas atuais editoras que têm desenvolvido trabalhos nessa área: a Kapulana, a Nandyala, Ogum's Toques, que começou como coletivo e hoje já está trabalhando como editora, e outras iniciativas editoriais que trazem, isso é importante, não apenas as literaturas africanas e as culturas africanas, mas também as questões de cultura e literatura de caráter afro-brasileiro, afrodescendente e afrodiáspórico. São situações que acho relevantes e que precisam ser trabalhadas para perceber não apenas os projetos editoriais que essas iniciativas contemplam, mas também, e sobretudo, as formas de circulação e distribuição desse material voltado para o ensino, pesquisa e extensão na área de estudos africanos e portugueses.

RI: Quais pontos destacaria em seus quarenta anos de percurso docente?

PMFMR: Obrigada. E nos dois sentidos, porque me obrigaram, e eu agradeço também, a lembrar dos 40 anos decorridos e já completados no início deste ano. É coisa pra gente também comemorar. Então, o que destaco mesmo seria, primeiro de tudo, a minha passagem pela escola particular: São Paulo, Vieira, Maristas, Social, e com o trânsito, mas também um trânsito em concomitância, em simultaneidade, com a rede estadual de ensino. Então isso pra mim foi importantíssimo. Foram faces de moedas muito caras. Inclusive no ensino estadual eu trabalhei também com o supletivo, com a educação de adultos, então foram experiências extremamente positivas e necessárias considerando, para mim, a relação estreita entre docência e cidadania. E a construção de um Brasil e uma Bahia que seja voltada para os problemas e as lacunas. Então, dentro desta perspectiva política da educação eu acho que esses dois elementos foram fundamentais. Depois a universidade. A universidade dentro da universidade, todo um período de dedicação aos estudos portugueses com a

criação, inclusive, da associação Hélio Simões, que eu tive a honra de organizar e posteriormente também dirigir, e que, hoje, naquele momento dos anos 1987 a, mais ou menos, 1997, contribuiu imenso para os estudos portugueses dentro da Universidade Federal da Bahia. Após o doutorado, a confluência, como você chama, para com as literaturas africanas. Justamente até hoje essa tentativa de conciliar, de articular os diversos encargos, mas com o entusiasmo que até hoje me deixa, digamos assim, algo perplexa. Quarenta anos neste processo de mergulho praticamente pleno. Como vocês dizem, a vida afetiva, familiar e pessoal totalmente comprometida com tudo isso.

RI: Alguns campos de estudo das literaturas africanas de língua portuguesa ainda são muito incipientes na academia brasileira, quais desenvolvimentos a senhora ainda deseja acompanhar na área?

PMFMR: Eu acho que sim, vocês foram muito felizes em colocar isso, quando a gente pensa como os estudos angolanos e os estudos moçambicanos estão bastante desenvolvidos e propalados no Brasil e em Salvador também, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, inclusive nesta ordem, são países, culturas e literaturas que ainda vivem olhares mais argutos e mais insistentes sobre eles. Eu não acho que eu precisaria acompanhar ou desejar acompanhar os desenvolvimentos. Mas acho que os desenvolvimentos que deverão surgir, deverão ser buscados, devem ser implementados por vocês, por essa geração aí que está se formando nesses anos. Gostaria de lembrar que na UFBA a professora Eneida Leal Cunha acabou iniciando, em termos de pesquisa, todo um trabalho com as culturas dos países africanos de língua oficial portuguesa. E que é preciso que outras pessoas deem continuidade, inclusive, indo além, com certeza indo além, do que nós fizemos até agora. Tem muita coisa ainda por fazer como também tem muita coisa por corrigir, ajustar e ao mesmo tempo refletir. Eu terminaria citando Paulo Freire, para quem não é a prática apenas que resulta, redundante no desenvolvimento de uma determinada área ou da docência ou o que quer que seja, mas é a reflexão sobre essa prática que faz com que ela possa ir adiante. Eu espero ter atendido a expectativa, contemplado a expectativa, e, mais do que tudo, que vocês levem a frente este barco. Que é um barco grande, muito pesado muitas vezes, mas importantíssimo e indispensável. A universidade está precisando, Salvador está precisando, a Bahia precisa e o Brasil, essa terrona, e, a cultura. A gente está falando de

África, mas pensando em Brasil. Pensando inclusive, parodiando Nietzsche, nas utilidades e vantagens ou desvantagens de estudar a África vivendo na Bahia. É algo que é um desafio que se coloca para vocês. Eu tive a oportunidade de durante estes 30 anos de UFBA, 31 anos de UFBA, conseguir colaborar com este processo, mas agora é a vez de vocês. No que eu puder ajudar, estou aí, mas os protagonistas têm que ser outros. Então, vamos dar a vez a África, ao afro-Brasil, ao afrodiaspórico porque são demandas nossas e cada vez mais eu me convenço disso.